



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

Classificados serão chamados para trabalhar nas pesquisas estatísticas

IBGE é autorizado a abrir processo para 325 vagas temporárias

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi autorizado a contratar 325 profissionais temporários por meio de processo seletivo simplificado. O órgão terá seis meses para publicar o edital. As vagas são destinadas a pesquisas estatísticas realizadas por telefone, sendo 276 para agente de pesquisa, com exigência de nível médio, e 49 para supervisor, de nível superior. A autorização foi concedida pelos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Planejamento e Orçamento, por meio da Portaria Conjunta nº 70/2026. Os contratos terão prazo determinado, mas a duração e as possíveis prorrogações ainda serão definidas conforme a necessidade do instituto. As remunerações também serão estabelecidas pelo IBGE. A seleção busca reforçar as equipes responsáveis pela coleta de informações, utilizadas na produção de dados estatísticos sobre o país.

Meta bloqueia WhatsApp de sind. dos bancários

A Meta desativou, em 15 de outubro, o canal de WhatsApp do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, que representa mais de 120 mil trabalhadores. Segundo a entidade, a empresa não explicou qual regra teria sido violada. Após recursos rejeitados, o sindicato acionou a Justiça para exigir o restabelecimento do serviço. O canal é usado para orientações jurídicas, dúvidas sobre demissões, verbas rescisórias e benefícios trabalhistas. A entidade também pediu solidariedade internacional de organizações sindicais.

DIVULGAÇÃO



Entidade entrou com uma ação judicial na Justiça de São Paulo

CNU 2 define lotação de novos servidores federais

Servidores convocados para as carreiras de Analista Técnico de Desenvolvimento Socioeconômico (ATDS) e Analista Técnico de Justiça e Defesa (ATJD) poderão indicar preferências de órgão e local de trabalho de 22 a 26 de outubro, pelo SOUGOV.BR. O procedimento é destinado a quem concluiu o programa de profissionalização. A distribuição considerará a classificação no concurso, as preferências e a disponibilidade de vagas. Para ATDS, haverá opções em Brasília e outras cidades; para ATJD, apenas na capital federal. A escolha não garante a alocação desejada.

Contec destaca papel sindical na jornada 5x2

Para a Contec, a redução da jornada para 40 horas semanais e a adoção da escala 5x2 reforçam o papel dos sindicatos na defesa dos trabalhadores. Cartilha do DIAP orienta a revisão de acordos coletivos, o cumprimento dos novos prazos e a garantia de salários sem redução. A transição prevê limite de 42 horas após dois meses e de 40 horas um ano depois, além de dois dias de repouso remunerado.

Fraude em concursos I

A Polícia Federal cumpriu 13 mandados de busca e apreensão nesta quarta-feira (21), no Rio, para investigar suspeitas de fraude no concurso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Operação Gabarito apura possível esquema coletivo para beneficiar candidatos. Os investigados podem responder por fraude em certame de interesse público.

Fraude em concursos II

A investigação começou após a empresa Selecon, responsável pelo concurso para técnicos administrativos em educação da UFRJ, comunicar suspeitas às autoridades. O padrão de respostas identificado entre provas de diferentes candidatos levantou a hipótese de combinação para fraudar os resultados. O certame oferece 243 vagas de níveis médio e superior.

Pesquisador científico I

Um PL em análise no Senado regulamenta a profissão de pesquisador científico no Brasil nas instituições públicas e privadas. O projeto do senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP), define como pesquisador o profissional que atua regularmente em pesquisa, desenvolvimento, criação de conhecimento e divulgação de resultados.

Pesquisador científico II

O texto também prevê atividades como orientação de estudantes, formação de novos pesquisadores e direito a remuneração compatível com a complexidade do trabalho. O objetivo da iniciativa é oferecer maior reconhecimento e valorização da profissão e manter no país talentos na área científica. A proposta ainda não foi distribuída para as comissões.

Fenacon orienta 5x2 I

A Fenacon recomenda que sindicatos e empresas antecipem a revisão de convenções coletivas para adequação às novas regras de jornada e descanso. A entidade orienta diálogo entre representantes patronais e laborais para ajustar cláusulas sobre escalas, banco de horas e compensação de horários, evitando conflitos durante a transição.

Fenacon orienta 5x2 II

A Emenda Constitucional nº 141/2026 prevê a redução da jornada máxima semanal de 44 para 40 horas, sem corte salarial, e garante dois dias de repouso remunerado. A transição começa dois meses após a publicação, com limite de 42 horas, chegando a 40 horas um ano depois. A mudança também afeta as escalas de trabalho.



Documento reúne 13 entidades em defesa da valorização dos servidores

Manifesto pede valorização do serviço público e alerta para riscos

Instituições alertam para polaridade de propostas eleitorais no 2º turno

Da Redação

Às vésperas do segundo turno das eleições, marcado para domingo (25), 13 entidades representativas de servidores federais divulgaram manifesto sobre os impactos dos projetos de Estado em disputa para o funcionalismo, os direitos trabalhistas e a prestação de serviços à população. Publicado na terça-feira (20), o documento alerta para propostas de reforma administrativa que, segundo as organizações, podem comprometer a estabilidade, precarizar vínculos e enfraquecer a atuação do Poder Público.

O texto critica medidas de redução da máquina estatal, citando a experiência argentina sob o governo de Milei. O presidente assinou um decreto que institui um plano de demissão voluntária que pode atingir 21 mil servidores. Desde janeiro de 2023, o governo argentino fechou 77 mil vagas no setor público.

As entidades também alertam para riscos de congelamento ou redução salarial, restrições a concursos e demissões em larga escala. Segundo o manifesto, essas medidas podem comprometer carreiras, conhecimento técnico e a capacidade de res-

posta do Estado às necessidades da população.

Outro ponto destacado é a negociação coletiva e a liberdade sindical. Para as organizações, o enfraquecimento das entidades representativas e a restrição ao diálogo ameaçam conquistas históricas e dificultam a solução negociada de conflitos entre servidores e governos.

Segundo as entidades, o governo anterior foi marcado por conflitos com o funcionalismo, restrições à negociação e perda de poder de compra. Já a administração atual retomou negociações, concedeu reajustes e reabriu espaços de diálogo sobre condições de trabalho e valorização das carreiras, embora persistam desafios. O manifesto também alerta que cortes no orçamento e nos gastos sociais podem prejudicar políticas de transferência de renda, moradia, fornecimento de medicamentos e educação.

Para as entidades, defender o serviço público significa preservar a democracia e a capacidade estatal de formular e executar políticas públicas. Assinam o manifesto Sindifisco Nacional, Sinditamaraty, Anesp, Afipea Sindical, SINDPFA, Sinait, Assecor, ADB Sindical, Unacon Sindical, Anfip, Anffa, Andeps e Sindsusep.